



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

## UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



**Agcom**  
Agência de  
Comunicação  
da UFSC

**04 de abril de 2019**

# Notícias do Dia Capa e Especial

## “Contorno sem prazo para conclusão”

Contorno sem prazo para conclusão / Estudos / Labtrans / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Arteris Litoral Sul / Contorno Viário da Grande Florianópolis / ANTT / Agência Nacional de Transportes Terrestres / Prefeitura de Palhoça / Mobilidade / MPF / Ministério Público Federal / Audiência / Ação Civil Pública / ACP

## Prazo indefinido para conclusão do Contorno

Concessionária aguarda estudos sobre construção de três túneis para definir nova data de entrega da rodovia da Grande Florianópolis que seria concluída em 2021. Página 3

Editora: PATRÍCIA PERON  
redacao@noticiadodia.com.br

NOTÍCIAS DO DIA  
FLORIANÓPOLIS, QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2019 3 **ESPECIAL** **ND**

Concessionária aguarda resultado de estudos da UFSC para definir data de entrega da obra, que estava prevista para terminar em dezembro de 2021

CRISTIANO RIGO DALCIN  
crislianodalcin@noticiasdodia.com.br

## Contorno sem prazo para conclusão



A conclusão da obra do contorno viário da Grande Florianópolis deverá ter um novo prazo. O quarto depois que a Arteris Litoral Sul anunciou no ano passado um cronograma com término para dezembro de 2021. A concessionária aguarda resultado dos estudos do Labtrans, da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), sobre a construção de três túneis duplos no trecho Sul da obra.

A direção da empresa compareceu na tarde de ontem a uma reunião no MPF (Ministério Público Federal) para discutir ação civil pública interpelada pelo município de Palhoça no início do mês devido aos constantes atrasos na obra. Segundo o diretor de operações da Arteris Litoral Sul, Antonio Cesar Ribas, o estudo da Labtrans foi contratado pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

“O estudo foi contratado para deixar todo o processo transparente. É um investimento que vai ser imputado sobre a tarifa e precisa dessa validação do projeto em si quanto do orçamento. Vamos trabalhar juntos para ter o contorno no menor tempo possível. Se recebermos essa validação de imediato, começamos em imediato”, justificou Ribas, que preferiu não estipular um novo prazo e nem garantir o último, dezembro de 2021.

Apesar disso, o executivo da empresa relatou ações que serão feitas para melhorar a mobilidade em Palhoça. “Na sexta-feira teremos reunião para validar algumas medidas como a instalação de pórticos, a inversão de 25 agulhas (acessos laterais à rodovia) e a construção de uma agulha, porque não adianta liberar o acostamento sem essas medidas”, declarou. Ribas também anunciou que a empresa se reunirá com os técnicos da prefeitura de Palhoça no dia 10 de abril para sugerir ajustes que facilitem a mobilidade no município.

Por outro lado, Ribas negou que, diante dos constantes atrasos, a obra possa ser concluída após o término da concessão. “Não, jamais. Até porque, hoje a BR-101 necessidade não só do contorno, mas de outras obras para a mobilidade em todos os municípios”. Atualmente, dos 51,4 quilômetros, 70% do trecho está em movimentação. Foram realizadas cerca de 900 das mais de mil indenizações previstas.

### Audiência no final do mês

O encontro promovido pelo MPF, que deu parecer favorável para a ação civil pública do município de Palhoça serviu como preparação para a audiência conciliatória que será promovida no próximo dia 30 de abril. Liderado pelo procurador da República Alisson Cirilo Campos, a reunião durou mais de duas horas, o tempo previsto, e contou com a participação da nova direção da empresa concessionária e do prefeito de Palhoça, Camilo Martins.

De acordo com o procurador da República, Alisson Cirilo Campos, o encontro foi “produtivo”. “Todo mundo caminha na mesma direção. Estamos discutindo como resolver os problemas porque estamos conciliando”, declarou. Apesar da necessidade de diálogo, Campos alegou a necessidade de



Arteris Litoral Sul nega que obra possa ser concluída após o término da concessão

Reunião no MPF discutiu ação civil pública movida pela prefeitura de Palhoça

aprofundar os fatos para saber todas as circunstâncias que levaram ao ajuizamento da ação. “Vamos produzir elementos para alimentar a Ação Civil Pública caso não exista acordo”, explicou. Campos relatou ainda que o MPF atua como tutor da ordem jurídica e não defende nenhum lado na questão. “A gente vai apurar a verdade”, disse Campos, que solicita

um perícia técnica fotográfica, além da quebra do sigilo fiscal da empresa. Porém, todas essas medidas só serão cumpridas dependendo do resultado da audiência conciliatória. O prefeito Camilo Martins gostou do encontro e fez questão de justificar aos executivos da empresa a razão para mover uma ACP. “Fui muito transparente. Judicializamos a questão por falta de diálogo”, explicou.

## 1,5 bi

na construção do contorno viário e R\$ 3 bilhões em todo o trecho de concessão foram investidos pela empresa nas obras

## Notícias do Dia Cidade

“Obras são a solução da mobilidade”

Obras são a solução da mobilidade / Ponte Hercílio Luz / Rua Deputado Edu Vieira / Via Expressa / Mobilidade urbana / Engarrafamentos / Plamus / Plano de Mobilidade Urbana Sustentável / Ônibus / Werner Kraus Júnior / Departamento de Automação e Sistemas / Observatório da Mobilidade Urbana / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Transporte Coletivo / Sistema Integrado de Transporte Coletivo Metropolitano / Suderf / Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Florianópolis

**ND CIDADE** NOTÍCIAS DO DIA  
4/5 FLORIANÓPOLIS, QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2019

Reforma da **Hercílio Luz**, duplicação da **Edu Vieira** e ampliação da **Via Expressa** abrem alternativas para **melhorar** o trânsito

# Obras são a solução da mobilidade

FÁBIO BISPO  
fabio@ndcidade.com.br

O principal critério para medir a eficiência da mobilidade urbana nas cidades é o tempo de deslocamento entre dois pontos. Um ônibus que fica parado na fila não contribui para a mobilidade, e, pior, acaba servindo de incentivo para que mais e mais carros sejam introduzidos às já saturadas vias de uma cidade. Em 2006, um estudo publicado pelo pesquisador Valério Medeiros, da UnB (Universidade de Brasília), apontou que Florianópolis tinha o segundo pior índice de mobilidade do mundo e o deslocamento mais complicado entre 21 das principais capitais brasileiras.

Treze anos após a publicação do estudo, a Grande Florianópolis depende mais do que nunca de soluções que sejam capazes de fazer a Capital voltar a fluir. Os engarrafamentos, que em tempos atrás eram comuns apenas nos horários de pico, já não têm mais hora e local para ocorrerem.

Lançado em dezembro de 2014 como forma de apresentar soluções sustentáveis para o desenvolvimento da região metropolitana, o Plamus (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável) ainda é a principal diretriz para os problemas de deslocamento na Grande Florianópolis. “A concepção do Plamus para a mobilidade urbana da região continua sendo para o uso do ônibus. O que o plano prevê são investimentos em corredores exclusivos, com estações de embarque, o chamado BRT (Bus Rapid Transit)”, expli-

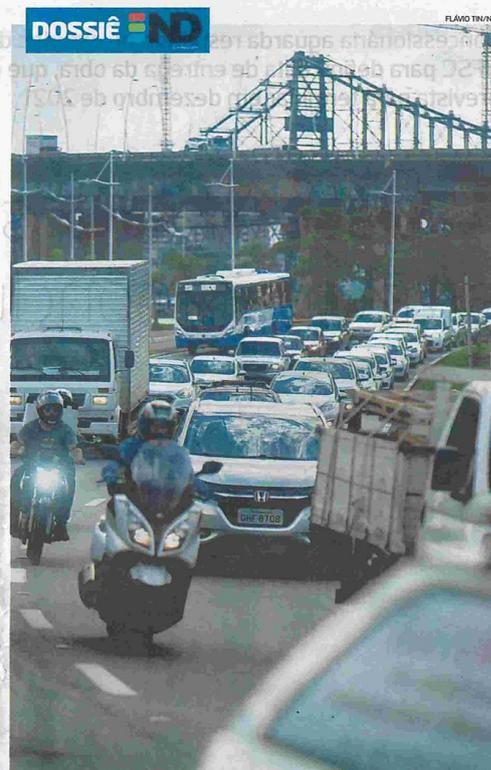
ca o professor Werner Kraus, do Departamento de Automação e Sistemas e coordenador do Observatório da Mobilidade Urbana da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

### PLAMUS

Apesar de estarmos longe de cumprir com o que estabelecem as oito diretrizes do Plamus – que abordam desde urbanismo, transporte motorizado, qualidade e eficiência do transporte coletivo e vão até questões ligadas a sustentabilidade ambiental e segurança viária –, a principal aposta de Kraus é de que aos poucos as políticas do plano sejam implantadas com o anúncio de novas obras de infraestrutura. “O projeto para a BR-282 (Via Expressa) prevê, por exemplo, a existência de vias marginais e um corredor central exclusivo para o transporte com estações. Isso seria o ideal. Mas se a obra em andamento já contemplar uma faixa livre para os ônibus aumentaria bastante a velocidade média do transporte”, diz.

A aposta do professor não se restringe apenas às obras de ampliação da Via Expressa, mas segundo ele duplicação da Edu Vieira e a própria conclusão da reforma da Hercílio Luz poderão contribuir bastante para pequenas melhorias no sistema. A ideia de corredor exclusivo para ônibus chegou a ser adotada na ponte Colombo Salles, mas acabou não sendo fiscalizada e praticamente nunca funcionou.

Leia amanhã  
A ÚLTIMA REPORTAGEM DA SÉRIE  
SOBRE MOBILIDADE URBANA



Carros, motos, caminhões e ônibus formam muitos engarrafamentos diariamente na Capital

## Ônibus é medida de cidades inteligentes

Werner Kraus diz que o brasileiro precisa ter uma nova percepção sobre o transporte coletivo. Só dessa forma, segundo ele, seria possível entender um sistema de ônibus, de trens ou metrô como elementos de infraestrutura urbana, e não apenas como uma concessão a ser explorada por entes privados. “O transporte tem que ser visto como estrutura pública, que faz parte da infraestrutura de uma cidade. Se entendermos assim faria sentido por exemplo usarmos dinheiro de impostos para subsidiar esses sistemas”, afirma.

Pela geografia e características próprias da região, Kraus diz que não há que se pensar neste momento em alternativa central que não passe pelo ônibus. “O transporte marítimo, a caminhada e a bicicleta são importantes, mas sempre serão meios de mobilidade complementares”, diz. Por fim, Kraus aponta que o financiamento dos sistemas de transporte e de obras que melhorem a mobilidade urbana das cidades é um fator importante e que precisa estar na agenda do dia das administrações.

## Consórcio Fênix defende prioridade aos ônibus

Em manifestação por meio de assessoria de imprensa, o Consórcio Fênix, que detém a concessão do transporte coletivo da Capital, diz que os ônibus são a solução para circulação de pessoas, “à medida em que tiver prioridade nas vias”. “O transporte coletivo é a solução para uma melhor mobilidade, e está sendo vítima da atual situação. E ao prejudicar o transporte coletivo, quem está sendo penalizado são os milhares de cidadãos que já utilizam o sistema e, ao mesmo tempo, também desestimulando que novas pessoas passem a usá-lo”, diz a nota do consórcio.



ANDERSON COELHO/ND

Terceira pista da Via Expressa pode desafogar o trânsito mais pesado da região

## Gean anuncia hoje supersecretaria

O prefeito Gean Loureiro (MDB) vai anunciar hoje as mudanças que serão feitas na Secretaria de Mobilidade Urbana, que deve funcionar em operação com o Ipuf (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) e demais órgãos. Um dos objetivos do novo órgão deverá ser trabalhar a ocupação do solo da cidade em sintonia com demais políticas públicas, como a própria mobilidade urbana.

A junção de pastas poderá pensar, por exemplo, que o

adensamento urbano deva ocorrer próximo de vias troncais e de áreas capazes de absolverem a demanda de pessoas através de transporte de massa. "É uma secretaria que congrega todos os modais. Além da secretaria vamos trazer toda a questão do planejamento, todos os modais de transportes, o transporte coletivo, por bicicleta, para os pedestres, o marítimo, também como instrumento para nossa cidade, tudo isso com uma equipe técnica mais qualificada", adianta o prefeito.

## Burocracia emperra a integração

A demora da Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) em aprovar a criação da Região Metropolitana, aliada a outros fatores que só adiam o encaminhamento da proposta, motivaram a adoção de alternativa para a efetiva implantação do sistema integrado de transporte. A proposta do governo do Estado prevê que a licitação fique com a Suderf (Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis).

Para isso, as Câmaras de Vereadores precisariam aprovar projeto de lei delegando competência. Em seguida, seria assinado um convênio. De acordo com o cronograma inicial, a intenção é que o processo licitatório possa ser lançado no fim deste ano. Com exceção de Florianópolis, que realizou licitação para o transporte coletivo em 2014, todas as demais prefeituras têm contratos precários de transporte coletivo. Na mesma situação estão as linhas intermunicipais.

## TCE cobra participação de Florianópolis

Em sessão realizada em janeiro deste ano, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) julgou definitivamente o relatório final de uma auditoria aberta em 2013 para acompanhar a prestação do serviço de transporte coletivo de Florianópolis. Na decisão publicada em 25 de fevereiro deste ano, o conselheiro relator, Wilson Rogério Wan-Dall, fez uma série de determinações ao município,

incluindo a apresentação de um plano de ação em até 90 dias.

Entre as determinações estão o pedido de revisão da Taxa Interna de Retorno paga pelos investimentos na construção dos terminais. O conselheiro também cobra reposição do quadro de fiscais e a participação de Florianópolis, com os demais municípios da região, "da execução de ações de integração de transporte público na Região Metropolitana".

## Diário Catarinense Capa e Trânsito

"Entrega do Contorno Viário tem prazo incerto"

Entrega do Contorno Viário tem prazo incerto / Contorno Viário da Grande Florianópolis / MPF / Ministério Público Federal / ANTT / Agência Nacional de Transportes Terrestres / Labtrans / Laboratório de Estudos de Transporte e Logística / UFSC / Arteris Litoral Sul / Prefeitura de Palhoça / Ação Civil Pública / Mobilidade / Audiência



EBERSON SOUZA

## TRÂNSITO CONTORNO VIÁRIO TEM PRAZO INCERTO

Empresa cogita atrasar obra na Grande Florianópolis

PÁGINAS 14 E 15



Obras entre São José e Biguaçu continuam em ritmo lento

# Entrega do Contorno Viário tem prazo incerto

Arteris não garante conclusão da obra para dezembro de 2021, como anunciado pela própria concessionária em junho do ano passado

**GABRIEL LIMA**  
gabriel.lima@somosnsc.com.br

**A** conclusão do Contorno Viário da Grande Florianópolis poderá ser adiada mais uma vez. Após reunião ontem na sede do Ministério Público Federal (MPF) em Florianópolis, o diretor de Operações Sul da Arteris, Cesar Sass, não garantiu que a obra estará finalizada em dezembro de 2021, último prazo informado pela concessionária, em junho do ano passado. Quando os trabalhos começaram, em maio de 2014, o cronograma inicial previa conclusão para 2017.

Conforme o diretor, a confirmação de uma data para entrega depende da validação do orçamento e projeto técnico do terceiro trecho da obra, entre São José e Palhoça. O trâmite burocrático foi solicitado pela

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em janeiro deste ano. A análise será feita por especialistas do LabTrans, laboratório de estudos de transporte e logística da UFSC.

– A gente precisa receber essa validação porque deixa esse processo mais transparente, pois é um investimento que será imputado sobre a tarifa. Sem essa validação técnica do projeto e do orçamento, não podemos avançar – afirma Sass.

O trecho Sul, entre São José e Palhoça, é o mais crítico da obra e o único que ainda não teve início dos trabalhos. Sass afirma que o cronograma previa o começo da execução em janeiro, mas a licença ambiental para construção dos três túneis duplos próximo à intersecção com a BR-282 foi recebida apenas em fevereiro.

Além disso, ainda há desapropriações pendentes e, agora, a

validação do orçamento e do projeto técnico.

No trecho Norte, a Arteris também recebeu a licença ambiental recentemente. O diretor de Operações Sul afirma que a concessionária teve que fazer uma mudança no traçado por causa do aterro sanitário em Biguaçu após uma ação judicial. A empresa teve que revisar algumas desapropriações e complementou a questão das licenças ambientais.

## TRECHO DE SÃO JOSÉ É O MAIS AVANÇADO

O trecho intermediário, em São José, tem a menor extensão e o cronograma mais avançado. Os trabalhos atuais estão na fase de terraplanagem, drenagem, implantação de geodrenos, desmonte e escavação de rochas, fabricação de vigas pré-moldadas, pavimentação e construção

de uma passagem para viaduto.

O diretor da Arteris se pronunciou ontem após a reunião entre representantes da concessionária e da prefeitura de Palhoça com o procurador da República Alisson Nelício Cirilo. O encontro foi preparatório para a audiência de conciliação marcada pela Justiça Federal para 30 de abril, na qual as partes buscarão um acordo sobre a ação civil pública requerida pelo poder executivo de Palhoça – que questiona os atrasos e pede indenização pelos impactos no trânsito dentro da cidade.

O procurador da República considera que a reunião foi produtiva, tanto que haverá outro encontro na sede do MPF, em 11 de abril, para conversar sobre questões que não entraram na pauta de ontem. Cirilo afirma que nesta etapa todos ampliaram as conversas e buscaram solução conjunta.

## Cobrança por cronograma transparente dos trabalhos

O prefeito de Palhoça, Camilo Martins, ficou satisfeito com o resultado da reunião. Ele afirma que o foco do encontro foram os motivos que causaram o atraso no Contorno Viário e que houve mais diálogo com a concessionária. Além disso, admitiu que está disposto a fazer um acordo, desde que a Arteris crie um cronograma que possa ser acompanhado pela sociedade.

– Precisamos de datas de início, meio e fim de toda a obra, lote a lote, para que seja feita uma verdadeira fiscalização. Esperamos que eles também aumentem a publicidade e transparência da obra. Devem ser estipuladas multas caso não cumpram o cronograma, se não em 2021 vamos ter que marcar uma audiência para prorrogar a obra por mais três anos – afirma Martins.

O prefeito de Palhoça também destaca que a Arteris colocou-se

à disposição do município para atender pequenas demandas de mobilidade, como melhoria de saídas e entradas da BR-101.

Para definir em conjunto essas ações, os técnicos da concessionária se reunirão com Martins e os engenheiros da Secretaria de Obras do município no próximo dia 10, em Palhoça.

O diretor de Operações Sul da Arteris, Cesar Sass, diz que a concessionária busca soluções para melhorar a mobilidade na cidade. Alguns trechos de terceira faixa foram liberados nesta semana na BR-101 e um projeto está sob análise da ANTT para ampliar a “pista extra” para 15 quilômetros, incluindo reestruturação do acostamento.

– Queremos deixar claro todo o processo: onde começou, quais foram os entraves que ocorreram e depois como está – argumenta Cesar Sass.

## CRÍTICAS EM BIGUAÇU

Além de Palhoça, a Comissão de Infraestrutura de Biguaçu também criticou publicamente o atraso. A constatação foi feita após vistoria realizada pelo presidente da comissão, o vereador Elson João da Silva, um fiscal de obras da prefeitura e um representante da Arteris. Na última quarta-feira, o vereador declarou que parte da obra está “abandonada”. Ele afirmou que todas as obras estão paradas e que não há movimentação de operários após a região de Três Riachos, em Biguaçu.

## MPF pede quebra de sigilo fiscal e nova perícia na obra

Caso as partes não entrem em acordo, o MPF deve ampliar as investigações sobre o atraso no Contorno Viário. O procurador Alisson Nelício Cirilo afirma que há elementos para que o processo prossiga e seja feita a liminar atendendo os pleitos da prefeitura de Palhoça, que incluem ajuizamento do valor arrecadado com pedágio e indenização pela Arteris.

O MPF, por sua vez, fez outras duas solicitações. A primeira é a quebra do sigilo fiscal da Arteris desde 2008, quando começou a concessão, para verificar a realidade financeira da empresa e o pagamento de tributos. A outra é a contratação de uma nova perícia com o objetivo de registrar o momento atual da obra.

– O processo tem natureza civil e não tramita sobre algum fato criminoso. Queremos mapear todo o contexto do ponto de vis-

ta fiscal que não são visíveis ao público, desde que o juiz autorize essa quebra. A finalidade é analisar e conhecer a realidade, já que não há nenhum ponto ilícito até esse momento.

O procurador explica que o objetivo é buscar elementos para talvez ampliar a ação civil pública. Existem pedidos para fazer buscas por documentos e informações, mas foram suspensos até o dia 30 para aguardar a audiência de conciliação. Caso forem encontrados elementos de que a Arteris descumpriu o contrato de concessão, o MPF atuará para aplicar sanções.

– Se a conclusão da obra ficar para depois de 2021 e sem justificativa, iremos concordar com a aplicação de uma multa pesada e com indenização por dano moral coletivo. Nessa situação, talvez R\$ 10 milhões seja um valor baixo – finaliza o procurador.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

# CLIPPING DIGITAL

## [Conhecimento nunca é demais](#)

## [Presidente da FIESC palestra em Joinville na segunda-feira](#)

## [Peça teatral do compositor Erik Satie tem leitura dramática encenada na UFSC nesta sexta-feira](#)

## [Previdência social: reformas motivadas por mudanças demográficas](#)

## [Concurso Prefeitura de Águas de Chapecó SC: iniciais de R\\$ 13,8 mil](#)

## [Meteorologista: Campanha de valorização veicula até dia 5.04](#)

## [Agrotóxicos na água: grupo de trabalho vai definir as primeiras medidas nesta sexta-feira](#)

## [Michel Mittmann assume secretaria de Mobilidade Urbana de Florianópolis](#)

## [Startup combina comércio exterior e blockchain representará UFSC em evento nos EUA](#)